

**VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
“A QUESTÃO SOCIAL NO NOVO MILÊNIO”**

**Transições ocupacionais, recorrência do desemprego  
e desigualdades de sexo e cor.  
São Paulo numa perspectiva comparada**

**Nadya Araujo Guimarães**

Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo  
e Centro de Estudos da Metrópole, Cebrap.  
[nadya@uol.com.br](mailto:nadya@uol.com.br)

**Paulo Henrique da Silva**

Centro de Estudos da Metrópole, Cebrap  
[pesquisa@phi.com.br](mailto:pesquisa@phi.com.br)

**Marcus Vinicius Farbelow**

Centro de Estudos da Metrópole, Cebrap  
[farbelow@uol.com.br](mailto:farbelow@uol.com.br)

Os mercados urbanos de trabalho, notadamente os grandes mercados metropolitanos, têm evidenciado transformações importantes no que concerne ao padrão das transições ocupacionais que neles se verificam, seja entre as situações de emprego e desemprego, seja entre as situações de atividade e inatividade. Os padrões de transição ocupacional variam segundo dois grandes grupos de determinantes. Por um lado, segundo a maneira como, em diferentes sociedades, se institucionalizam os sistemas de emprego e de proteção social (regimes de *welfare*); nesse sentido, comparações *inter*-metropolitanas se tornam decisivas. Mas, por outro lado, o risco de transições em direção ao desemprego ou à precariedade ocupacional também varia segundo a maneira como se estruturam as desigualdades sociais *intra*-metropolitanas, refletindo diversidades internas a um mesmo tecido social, que distinguem alguns grupos sociais. Nesta comunicação, argumentaremos destacando o peso dos determinantes de gênero e étnico-raciais sobre a intensidade e o tipo de transições, bem como sobre o padrão de trajetória ocupacional. A análise estará baseada em dados de pesquisa amostral realizada em cerca de 25 mil domicílios, na Região Metropolitana de São Paulo, maior metrópole brasileira e principal concentração industrial e de serviços modernos do país e, sempre que pertinente, contrastados com dados longitudinais obtidos em *surveys* conduzidos nas regiões metropolitanas de Paris-Île de France e Tóquio.

**Comunicação apresentada ao Grupo de Discussão 50**

**“Precarização, desemprego e marginalidade em mercados urbanos de trabalho: Comparando experiências no mundo lusófono”**

**Coimbra**

**16-18 de setembro de 2004**

# **Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdades de sexo e cor.**

## **São Paulo numa perspectiva comparada <sup>1</sup>**

Nadya Araujo Guimarães<sup>2</sup>

Paulo Henrique da Silva<sup>3</sup>

Marcus Vinicius Farbelow<sup>4</sup>

Os mercados urbanos de trabalho, notadamente os grandes mercados metropolitanos, têm se destacado pela intensidade com que neles vem se manifestando o fenômeno do desemprego. Parcela significativa de atenção da comunidade científica, assim como do interesse das políticas públicas, tem se dirigido a entender e intervir sobre tal tendência. Entretanto, uma observação mais detida permite concluir que, mais que uma intensificação no risco de cair ou permanecer no desemprego, temos assistido amplas transformações na própria organização dos mercados metropolitanos de trabalho. Elas têm alterado o padrão das transições entre situações ocupacionais, quer se trate de transição entre situações de emprego e desemprego, quer se trate de transição entre situações de atividade e inatividade.

Argüimos, aqui, que os padrões de transição ocupacional variam segundo dois grandes grupos de determinantes. Por um lado, eles variam segundo a maneira como se institucionalizam, nas diferentes sociedades, os sistemas de emprego e de proteção social, os chamados “regimes de *welfare*” (para usarmos o conceito cunhado por Gallie et al 2000). Para argumentar nessa direção, em estudos anteriores, comparamos mercados metropolitanos de trabalho em contextos

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, dedicado ao tema “A Questão Social no Novo Milênio”, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004, Grupo de Discussão 50, “Precarização, desemprego e marginalidade em mercados urbanos de trabalho: Comparando experiências no mundo lusófono”. Os autores agradecem a Maria Paula Ferreira, da Fundação SEADE, pelo suporte teórico para a análise estatística, bem como à Fapesp – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo e à William and Flora Hewlett Foundation, pelo apoio concedido ao projeto “Novas formas do emprego e da mobilidade na metrópole paulista”, no âmbito do qual foram desenvolvidos os resultados de pesquisa aqui apresentados.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora associada, coordenadora da Área de “Estudos do Trabalho”, do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). E-mail: [nadya@uol.com.br](mailto:nadya@uol.com.br)

<sup>3</sup> Mestrando em Ciência Política e Pesquisador Assistente do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). E-mail: [pesquisa@phi.com.br](mailto:pesquisa@phi.com.br)

<sup>4</sup> Sociólogo, Pesquisador Assistente do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), na condição de Bolsista de Treinamento Técnico da Fapesp – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: [farbelow@uol.com.br](mailto:farbelow@uol.com.br)

diferenciados por suas lógicas institucionais.<sup>5</sup> Assim, resultados de *surveys* longitudinais, realizados segundo metodologia similar, confrontaram trajetórias ocupacionais nas regiões metropolitanas de Paris (1995-1998), Tóquio (1994-2001) e São Paulo (1994-2001), realidades que ilustram três tipos distintos de regimes de *welfare*: um sólido e inclusivo sistema público, como o erigido na França, cujo ápice coincide com os chamados “trinta anos gloriosos” de expansão capitalista no pós-guerra; um pujante, conquanto seletivo, sistema privado de proteção, estabelecido, no Japão, durante a vigência do chamado “modelo de emprego vitalício”; e uma recente e restrita experiência de proteção ao desemprego, como a brasileira, que se constitui no curso da redemocratização do fim dos anos 1980, e que se erigiu sobre a base de um mercado onde predominavam intensas transições entre ocupações e, nessas, uma situação de assalariamento restrito (Lautier, 1987).

Aprendemos, nesses estudos, que os padrões de transição ocupacional diferenciam-se fortemente, refletindo as normas de emprego prevaletentes nos vários contextos institucionais. No curso da primeira parte do texto, retomaremos essa idéia, examinando o caso da região metropolitana de São Paulo e situando a especificidade do padrão de transição ocupacional que nela tem lugar por comparação aos dois outros casos-tipo acima indicados e que foram igualmente estudados. Argumentaremos que esse padrão, em São Paulo, se funda em duas características principais. Em primeiro lugar, num tipo de mobilidade no mercado de trabalho marcada pelo que vimos denominando como “desemprego recorrente”, para diferenciá-lo do fenômeno do “desemprego de longa-duração” que se manifesta com clareza nas duas outras regiões metropolitanas, e que se constitui no grande desafio às políticas públicas e, porque não dizê-lo, para a sustentabilidade dos sistemas de proteção, ao menos tal como erigidos durante o último ciclo longo de expansão capitalista. Em segundo lugar, procuraremos também argumentar que uma outra característica específica a região metropolitana de São Paulo: o modelo de transição no mercado de trabalho contempla, ali, tanto a mobilidade que se faz entre situações de ocupação e desemprego (ou seja, a mobilidade que ocorre nos limites internos ao mercado de trabalho, tal como analiticamente costumamos entendê-lo), como a mobilidade entre situações de atividade e inatividade (ou seja, a mobilidade que ocorre para além dos limites do mercado de trabalho, pelo trânsito entre ocupação, ou desemprego, e inatividade).

Ora, um trânsito ocupacional que ultrapassa as bordas desse mercado seria usualmente esperado apenas em momentos determinados do ciclo de vida: seja no início deste (quando se ingressa na ocupação, deixando a inatividade, movimento que ocorreria na passagem da juventude para a idade adulta, ao final do ciclo escolar), seja ao seu final (quando se deixa o mercado de

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Guimarães et al, 2003; Guimarães, Hirata, Montagner, Sugita, 2003; Guimarães, 2004 e 2004-a.

trabalho, depois de uma longa vida ativa). Diferentemente da expectativa teórica, construída a partir do estudo de mercados de trabalho onde uma norma salarial foi institucionalizada, no caso de São Paulo, mover-se cruzando as fronteiras de saída do mercado, mostra-se um tipo de transição tão banal quanto mover-se entre ocupação e desemprego; e, longe de ser este um padrão restrito a um grupo social circunscrito e marcado pela sua progressiva desafiliação (Castel, 1995), no nosso caso, isso pode ser flagrado como norma para parcela quantitativamente muito significativa da população em idade ativa. A primeira parte do texto documentará essa especificidade do caso brasileiro.

Mas, por outro lado, tais modalidades de transição ocupacional não se expressam de maneira uniforme no mercado de trabalho. Ao contrário, elas se distribuem de modo desigual, refletindo diversidades sociais internas a um mesmo tecido metropolitano e que distinguem alguns grupos por seu maior risco no que concerne ao desemprego recorrente e à precariedade ocupacional. Diferenciais de sexo e de cor mostram-se elementos explicativos centrais para entendermos a maneira como se estruturam os percursos no mercado de trabalho, em particular as desigualdades no risco do desemprego. Para argumentar nesta direção, novamente a evidência será buscada na pesquisa amostral realizada em cerca de 25 mil domicílios da região metropolitana de São Paulo. Cuidadosa análise estatística focalizará, para o período 1997-2001, a intensidade e o tipo de transições efetuadas, bem como o padrão de trajetória ocupacional que perfazem os indivíduos, nos anos recentes, na Região Metropolitana de São Paulo, agora analisados segundo sua condição de sexo e cor. Esse será o alvo da segunda parte do texto.

#### *Transições ocupacionais, desemprego recorrente e desemprego de longa duração*

Desde a década de 1950, São Paulo consolidou-se como a maior metrópole brasileira, concentrando uma parcela significativa do produto interno bruto do Brasil, particularmente da produção industrial. A partir do final dos anos 1970, mas de forma especialmente notável ao longo da década de 1990, a região passou por uma nova onda de mudanças, que permite entrever importantes processos em curso. No campo econômico, ela deixou gradativamente de ser o principal pólo brasileiro de atração de investimentos industriais e passou a dividir, especialmente com outras regiões do próprio estado, o peso relativo que antes lhe cabia na produção nacional. Em contrapartida, as atividades terciárias cresceram e se diversificaram. Ao mesmo tempo ampliaram-se, em seu território, as atividades de comando de negócios, notadamente de grandes empresas nacionais e transnacionais.

Tal processo de reestruturação, intensificado ao longo dos últimos quinze anos, se por um lado aumentou a competitividade e a capacidade de inserir-se numa economia mais globalizada, por

outro atingiu profundamente o mundo do trabalho, com efeitos sobre as condições de ocupação e renda dos que nela residem, sobre as suas trajetórias e sobre as formas institucionais clássicas de provimento e regulação das relações de trabalho (Comin, 2003).

Alguns sinais dessa nova realidade evidenciam-se.<sup>6</sup> Primeiramente, na queda recente e abrupta tanto da taxa de atividade quanto da taxa de ocupação. Em segundo lugar, na elevação significativa do tempo de procura de trabalho, que dobra em 10 anos; seu crescimento deu-se a um ritmo particularmente acelerado na segunda metade dos anos 90, notadamente pós 1997. E por mais que variem as estatísticas e metodologias, fica evidente que a procura de trabalho se torna mais árdua; e isto afeta tanto aqueles em situação de desemprego aberto, como o conjunto dos que buscam uma ocupação. Em terceiro lugar, no novo patamar alcançado pelas taxas de desemprego total (aberto e oculto), que passaram a estar acima dos dois dígitos, tendo chegado a ultrapassar, nos momentos mais críticos, 20% da população em atividade (cf metodologia PED).<sup>7</sup>

Ora, quando o alongamento dos tempos de desemprego e de procura de trabalho convive com um sistema de proteção pouco efetivo produz-se um efeito de elevada insegurança ocupacional, que se expressa – em realidades como a de São Paulo - num intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho, reflexo do esforço individual no sentido de obter algum rendimento, que lhe permita a sobrevivência, dada a fragilidade da proteção institucional. Ou seja, nos anos mais recentes, o trânsito no mercado de trabalho se intensifica, aumentando a insegurança ocupacional a que estão sujeitos os indivíduos, que passam com muita frequência da condição de ativos à de inativos, de ocupados à de desempregados (e vice-versa).

Essas condições produziram um fenômeno algo diferente do que foi observado, notadamente a partir dos 80, nos países europeus economicamente mais avançados. Nestes, foi o aumento do desemprego de longa duração que se constituiu no desafio, tanto à interpretação dos cientistas sociais, quanto aos modelos de financiamento das políticas de proteção social, construídas ao longo de uma sólida experiência de regimes públicos de *welfare*. Entre nós, na ausência de uma tal experiência histórica de proteção, a intensificação das transições no mercado de trabalho e, sobretudo, o fenômeno da recorrência do desemprego, tornaram-se desafios ao nosso entendimento. (Dedecca, 1999; Guimarães et al, 2003)<sup>8</sup>

---

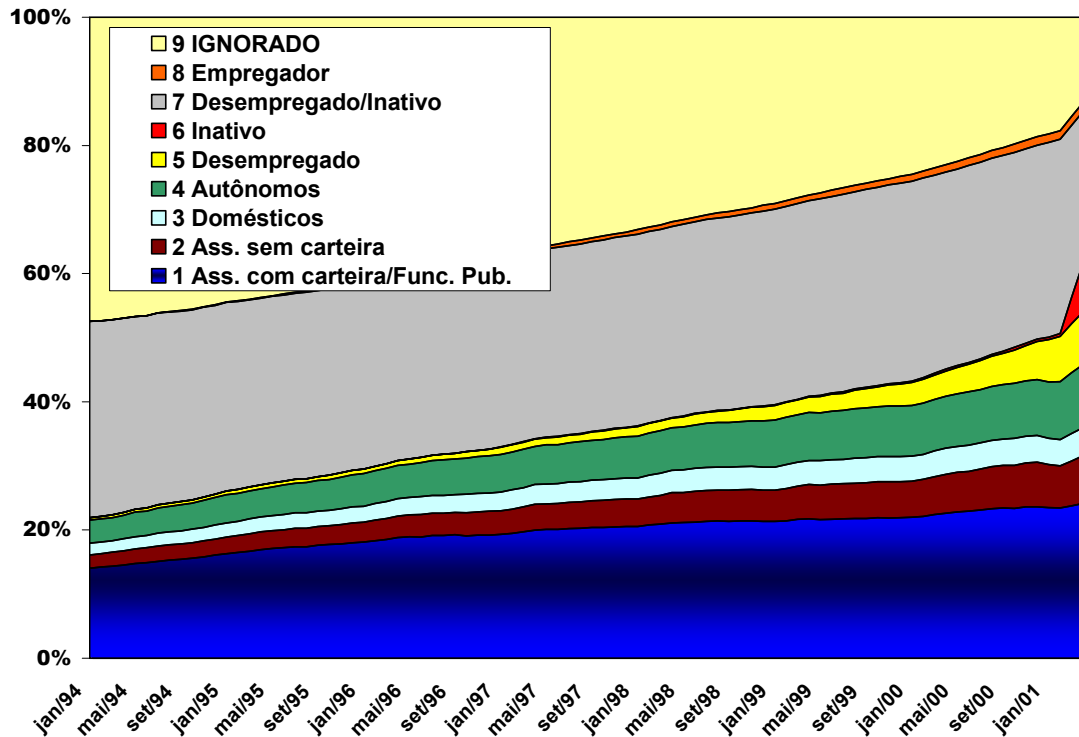
<sup>6</sup> Nessa primeira parte o argumento apresentado está fortemente apoiado em Guimarães (2003 e 2004)

<sup>7</sup> Para uma descrição mais detalhada dessas novas tendências do desemprego, ver Guimarães et al (2003), notadamente capítulos 3 (por Montagner) e 4 (por Guimarães, Hirata, Montagner e Watanabe).

<sup>8</sup> De fato, estudos promovidos pelo Governo do Estado de São Paulo – através da sua Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), indicaram que, a cada 12 meses, nada menos que  $\frac{3}{4}$  dos indivíduos economicamente ativos mudavam de situação no mercado paulistano de trabalho (Guimarães et al, 2003, cap.4).

Observados, de um ponto de vista longitudinal - e tendo em mente, assim, os fluxos e transições empreendidos pelos indivíduos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) -, alguns aspectos intrigantes chamam a atenção.<sup>9</sup>

Figura 1  
São Paulo: Situação Ocupacional do Entrevistado entre Janeiro de 1994 e Abril de 2001



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM "Mobilidade Ocupacional".

<sup>9</sup> Para esse estudo longitudinal, um questionário domiciliar suplementar à PED-RMSP procurou recobrir, de modo extensivo e quantitativamente mensurável, uma amostra significativa de casos na Região Metropolitana de São Paulo, retrazando os percursos de indivíduos em idade ativa, nas suas transições entre situações no mercado de trabalho de São Paulo, entre janeiro de 1994 e abril de 2001. Com a intenção de minimizar erros ou lapsos de memória do respondente, foi estabelecido um marco de tempo para a reconstituição das trajetórias, o ano de 1994, assumindo-se como ponto de origem o momento em que um plano de estabilização monetária alterou referentes importantes do cotidiano econômico, sendo por isto tratado (e confirmado no pré-teste) como um marco factível para organização da memória do respondente. Como, pela metodologia PED, são considerados em idade ativa os indivíduos com 10 anos e mais, o questionário suplementar teve que se restringir aos respondentes que, em 2001, tinham ao menos 16 anos, visto que somente para esses haveria uma história ocupacional possível, que recuasse até o ano de 1994, marco inicial do levantamento quantitativo. Entre abril e dezembro de 2001, cerca de 27 mil domicílios foram pesquisados e, neles, aplicado o questionário suplementar com um aproveitamento final de 83% dos casos. Gerou-se uma base de informações significativas sobre perto de 55.000 indivíduos, dos quais cerca de 34.000 estavam ocupados e 7.000 estavam desempregados no período da entrevista.

Começamos pelo que parece o mais saliente à primeira vista quando se observa a Figura 1. Ela foi construída na forma de sucessivos cortes transversais (*repeated cross-sections*), através dos quais se observa a situação ocupacional do estoque de entrevistados em cada um dos meses recobertos pelo calendário investigado na pesquisa.

Um primeiro aspecto logo chama a atenção. As figuras polares - típicas do mundo do trabalho presidido pela relação salarial - são ali minoritárias.<sup>10</sup> A conjunção entre assalariamento regular, carteira assinada e direitos a ele associados (que alcança no máximo 25% dos casos), e desemprego aberto (ao redor de 8% dos entrevistados a cada momento) deixa de fora, em média, 3/4 dos casos, sendo claramente insuficiente para fazer-se a descrição da situação de cada um dos 51 mil indivíduos cujas posições no mercado de trabalho acompanhamos ao longo de 7 anos do pós-Real (até 2001). Já situações a que muitas vezes alude-se como “de fronteira”, por representarem uma certa “zona [conceitualmente] cinzenta” no mercado de trabalho, são numericamente bem mais significativas. Apenas para tomar um exemplo, o Leitor pode observar, na Figura 1, aquela ampla camada formada (ano após ano) pelos indivíduos que transitam entre desemprego e inatividade; seu estoque alcança, em média, 30% dos casos.<sup>11</sup> É esse tipo de achado que nutre o interesse pela análise longitudinal de transições ocupacionais. Qual a novidade que ela agrega e qual a sua vantagem interpretativa?

De fato, para documentarmos de modo preciso o fenômeno da recorrência no desemprego, que já aparece sugerida na Figura 1, faz-se necessário um tipo de análise que, tomando os indivíduos como unidades de observação, faculte igualmente acompanhar, ao longo do tempo, os vários movimentos individuais no mercado de trabalho. Em vez de uma fotografia sobre a situação do estoque de casos a cada momento, uma análise do fluxo dos indivíduos no mercado. Só assim poderemos identificar percursos típicos, que agregam sub-grupos de pessoas em torno a padrão(ões) de trajetória ocupacional. Combinando análise fatorial de correspondência e análise de clusters foi possível identificar padrões que reduzissem a enorme quantidade de percursos individuais singulares a um grupo menor de trajetórias ocupacionais agregadas. Em trabalho anterior (Guimarães, 2003) tais trajetórias foram identificadas, tanto para aqueles que, em 2001, no momento do levantamento de dados, estavam em situação de desemprego, como para os que estavam em situação de ocupação e de inatividade.

---

<sup>10</sup> Ao menos, sempre que se tenta identificá-las na forma característica de países onde o mercado de trabalho se institucionalizou sob o manto de políticas de bem-estar social.

<sup>11</sup> O mesmo se pode dizer se tomarmos a franja entre ocupação e desemprego, certamente povoada por muitos dos que, na Figura 1, são classificados como assalariados sem carteira, domésticos e autônomos.

E qual o achado mais intrigante da observação feita sobre a Região Metropolitana de São Paulo? Um intenso trânsito entre atividade e inatividade - e não somente entre desemprego e ocupação - se constituía na mais importante característica das transições entre situações ocupacionais dos indivíduos cujas trajetórias foram analisadas, a partir da observação dos seus movimentos no mercado de trabalho durante esse período compreendido entre 1994 e 2001 (Guimarães, 2003). Os quadros 1, 2 e 3 apresentam as classes de trajetórias ocupacionais identificadas, respectivamente, para os que estavam ocupados, desempregados e inativos em 2001.<sup>12</sup> Vejamos um a cada vez.

Em abril de 2001, pouco mais da metade dos casos (53% deles, perfazendo 28.189 indivíduos) podia ser classificada como constituída por pessoas “ocupadas”, num gradiente que incluía distintas formas de ocupação. A análise dos seus percursos permitiu identificar 7 classes de trajetórias típicas, que são apresentadas no Quadro 1.

Há um elevado percentual de casos sobre os quais, dada a intensidade das transições, o percurso resulta de impossível classificação; não há um padrão identificável e o tipo de trajetória resta “ignorado” (30%). Entretanto, se comparamos os dados dos quadros 2 e 3 aos do quadro 1, chama a atenção como esse percentual (evidencia da maior instabilidade das trajetórias) é especialmente mais reduzido entre os “ocupados” do que é entre os “inativos” (onde alcança 50% dos casos) ou entre os “desempregados” (onde chega a 69% dos casos).

Isto nos permite, por um lado, formular a intuição de que o risco da recorrência entre situações no mercado de trabalho é muito desigualmente distribuído, e veremos que isto é fato, na segunda parte do texto. Mas, pode-se intuir também que tal risco parece estar fortemente informado pelo próprio percurso, de sorte que a inclusão no mundo dos ocupados dota os indivíduos de redes de relações as quais, em que pese não lhes assegurem “bons empregos” (somente 30% deles formam o núcleo duro que reúne assalariados com carteira e empregadores), parece ser capaz de reduzir a recorrência das transições, fazendo-as menos prováveis (1 em cada 3 casos entre os ocupados, contra 3 em cada 4 casos em se tratando de desempregados).

---

<sup>12</sup> Por se tratar de um questionário suplementar a uma pesquisa (a PED) de tipo transversal, não era possível coletar a informação sobre o percurso ocupacional indagando sobre todos os eventos, na forma de um questionário-calendário, que fosse não apenas longitudinal, mas também exaustivo. Assim, foram coletadas informações sobre três eventos ocupacionais, entre 1994 e 2001: o mais recente, o que lhe antecedeu e aquele que era reputado, pelo respondente, como o mais importante para descrever a sua situação no período. O interstício entre os dois primeiros era igualmente caracterizado. Com base nessas informações um calendário de situações ocupacionais foi montado para cada indivíduo. A partir desse calendário foram realizados os procedimentos estatísticos para identificar trajetórias agregadas descritos nessa primeira parte do texto.



## Quadro 1

### Ocupados: Trajetórias agregadas 1994-2001

		Frequência Absoluta	Percentual
Classes de Trajetórias	1. Assalariados com carteira	8439	15,9
	2. Empregadores	619	1,2
	3. Desempregados ou inativos	1725	3,2
	4. Transições intensas, percurso ignorado	6694	12,6
	5. Autônomos	2730	5,1
	6. Domésticos	1264	2,4
	7. Assalariados sem carteira	6718	12,6
	Sub-total dos ocupados	28189	53
	<i>Outras situações em 2001 (desempregados ou inativos)</i>	<i>24981</i>	<i>47</i>
	<b>Total de casos</b>	<b>53170</b>	<b>100</b>

Fonte: SEP. Convênio SEADE–DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego–PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM “Mobilidade Ocupacional”.

Vejam os dados de cada uma das trajetórias típicas dos ocupados. Os dois primeiros fatores resultantes da análise estatística configuram a polaridade clássica da relação salarial: são os assalariados formalmente registrados e os empregadores (classes 1 e 2), núcleo duro da ocupação assalariada capitalista; seu peso, entretanto, não reúne sequer 1/5 dos ocupados. Para completar a sua descrição, temos que passar ao mundo onde são intensas as transições ocupacionais, ao mundo da recorrência no desemprego e/ou na inatividade, e da privação de direitos. Esse mundo está representado pelos fatores seguintes que surgem na análise estatística.

De fato, os quatro fatores subsequentes configuram quatro distintas classes de percurso (numeradas no Quadro 1 como 3 a 6) onde estão estampadas as situações de ocupação por vezes ditas “atípicas” face à relação polar clássica: são os que, embora ocupados em abril de 2001 têm uma trajetória anterior como desempregados ou inativos (3); são aqueles de intensa transição e trajeto ignorado (4); são os autônomos (5); e são os trabalhadores no serviço doméstico (6). Finalmente, um último fator permite reconhecer o trajeto recorrente daqueles que, embora estando em torno do circuito do assalariamento, nele participam com clara privação de direitos pelo trabalho sem registro (classe 7).

O que acontece quando observamos as trajetórias típicas que resultam das intensas transições ocupacionais a que estiveram sujeitos, entre 1994 e 2001, os indivíduos que encontramos, quando da coleta de dados, na condição de desempregados?

## Quadro 2

### Desempregados: Trajetórias agregadas 1994-2001

		Frequência Absoluta	Percentual
Classes de Trajetórias	1. Transições intensas, percurso ignorado	4549	8,6
	2. Desempregado	627	1,2
	3. Desempregado ou inativo	1451	2,7
	Sub-total dos desempregados	6627	12,5
	Outras situações em 2001 (ocupados ou inativos)	46543	87,5
	Total de casos	53170	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM “Mobilidade Ocupacional”.

Tal como antecipado, é justamente entre os desempregados que a intensidade das transições ocupacionais se faz mais forte: para 2/3 dos casos (69% deles) nenhum padrão de trajeto é identificável e o percurso não pode ser descrito, dada a pequena parcela do tempo recoberto pela soma dos três eventos que foram coletados. Isso faz com que 4 em cada 7 desempregados, por terem transitado tão intensamente entre situações no mercado de trabalho entre 1994 e 2001, tenham trajetórias sobre as quais, tudo o que se pode dizer, é que não há um padrão regular que se consiga inferir para os 7 anos observados. Visto como um conjunto trata-se de um grupo levemente mais masculino, mas equilibrado no que concerne à participação por sexo e cor; no que respeita à idade, tem um formato bi-modal: um sub-grupo mais jovem (30% dos casos entre 18 e 24) e outro mais idoso (49% deles entre 30 e 49); por isso mesmo, chefes e filhos predominam. A escolaridade é baixa e o desemprego aberto é aquele que assume a forma mais importante no momento da entrevista (63%).

Será possível dar algum sentido substantivo a esses achados? Acreditamos que sim. Em primeiro lugar, eles parecem sugerir, como antecipado acima, que a intensidade das transições entre situações no mercado de trabalho é a norma no percurso dos desempregados. Em segundo lugar, mesmo ali onde podemos identificar um padrão de trajeto a partir dos 3 eventos coletados, a situação fronteira que se situa entre desemprego e inatividade, é também a marca dominante, constituindo-se na segunda classe de trajetória, por sua significação numérica (cerca de 22% dos casos). Esse segundo tipo de trajetória reúne um grupo caracteristicamente feminino (73% dos casos), formado na sua maioria por cônjuges (52%), e marcado pelo predomínio não apenas das mulheres, mas das mais brancas. Sua escolaridade é ainda mais baixa que a do grupo anterior (contendo não apenas mais analfabetos, como incluindo, em 50% dos casos, pessoas com escolaridade inferior ao fundamental incompleto). Têm no “desemprego oculto pelo desalento” a forma de desocupação mais importante.

Ora, se a saída do mercado de trabalho, como recorrência típica em transições ocupacionais, parece ser muito mais comum que esperaríamos, tanto entre os ocupados como entre os desempregados, que dizer do padrão de transição ocupacional daqueles que já estavam, na RMSP em 2001, na condição de inativos?

### Quadro 3

#### Inativos: Trajetórias agregadas 1994-2001

		Frequência absoluta	Percentual
Classes de Trajetórias	1. Transições intensas, percurso ignorado	9287	17,5
	2. Aposentados (Assalariados com carteira ou funcionários públicos)	1549	2,9
	3. Transitando entre inatividade e trabalho autônomo	524	1
	4. Transitando entre desemprego e inatividade	6994	13,2
	Sub-total dos inativos	18354	34,6
	<i>Outras situações em 2001 (ocupados ou desempregados)</i>	<i>34816</i>	<i>65,4</i>
	<b>Total de casos</b>	<b>53170</b>	<b>100</b>

Fonte: SEP. Convênio SEADE–DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego–PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM “Mobilidade Ocupacional”.

No Quadro 3 podemos verificar como, novamente no que concerne à inatividade, se há o que se poderia chamar um núcleo duro, onde estão localizados aqueles trabalhadores de maior idade, predominantemente brancos, que se retiraram do mercado de trabalho, via de regra aposentando-se, essa não é a situação majoritária (configurando apenas 8% dos casos). Novamente aqui a maioria dos que passam pela inatividade é formada por aqueles trabalhadores que expressam, em suas trajetórias, tão intensas transições, entre tão diferentes situações, que sequer lhes podemos reconstruir o percurso; observe-se que, aqui, os “ignorados” formam o primeiro fator, constitutivo da classe 1, com quase 50% dos casos. Depois deles, formando o segundo fator em importância numérica, estão os representados pela classe 4: aqueles que transitam, seja entre ocupação precária e inatividade, seja entre desemprego e inatividade.

Qual seria, então, o achado analiticamente mais intrigante desse conjunto de resultados? Arriscamos sugerir que, no caso daquela que é a maior metrópole brasileira, o mercado de trabalho não demarca, ao menos com a clareza que seria analiticamente esperada, as fronteiras que separam a “atividade econômica” (para o que “ocupação” e “desemprego” se constituem nas situações alternativas típicas) da “inatividade econômica”. Dito de outro modo, a inatividade deixou de ser, ao menos entre nós, um fenômeno de mão-única, que tem lugar nos extremos da trajetória ocupacional, em precisos momentos do ciclo de vida do trabalhador, a saber: num momento inicial,

de entrada no mercado de trabalho (quando jovens passam da condição de inativos à de ativos) e no momento final de saída do mercado de trabalho (quando idosos passam da condição de ativos à de inativos). Isto equivale a dizer que o movimento de entrada e saída da atividade econômica (da força de trabalho que se oferece no mercado) pode ser tão regular quanto o movimento entre ocupação e desemprego. Em consequência, as transições ocorrem, de modo igualmente provável, entre todas as três possíveis situações individuais vis-à-vis o mercado de trabalho (ocupação, desemprego e atividade), e não somente entre aquelas duas, típicas da operação ordinária do mercado capitalista de trabalho (ocupação e desemprego).

Será isto diferente, quando comparamos São Paulo a outras metrópoles em que distintos regimes de institucionalização do emprego e do desemprego foram erigidos? Em outras oportunidades (Guimarães, 2004 e 2004-a) detalhamos evidências nessa direção. Retomemo-las brevemente.

Tal como dito acima, dois outros estudos empíricos, igualmente sustentados em metodologias de tipo longitudinal, foram conduzidos em Paris e Tóquio, tratando transições e trajetórias em momentos de expansão significativa do risco do desemprego. Neles, questionários aplicados junto a demandantes em agências de emprego, permitiram também identificar padrões de trajetórias agregadas, inferidos a partir das múltiplas transições que os indivíduos haviam vivido na sua experiência no mercado de trabalho, num período antecedente. Por serem estudos empíricos que tiveram agências de emprego, e não domicílios, como seus espaços de observação, os seus achados somente são comparáveis aos que antes apresentamos, para São Paulo, com respeito aos desempregados. A pergunta que focaliza a comparação no ponto preciso que nos interessa poderia ser assim formulada: considerando os percursos dos desempregados nas três metrópoles, e tendo em mente que a instabilidade ocupacional (e as transições ocupacionais) são crescentes num contexto de flexibilização no uso do trabalho (que atinge todas elas), como descrever a especificidade de um contexto de desemprego de tipo recorrente, vis-à-vis um contexto de desemprego de longa duração, no que tange aos tipos de trajetórias que nele são produzidas? Inexistiriam diferenças e o Brasil seria uma sorte de antevisão perversa do futuro que espera os países onde se erigiram regimes relativamente sólidos de proteção social, sejam eles públicos (como na França), sejam eles privados (como no Japão), a respaldar hipóteses como a de uma “brasilianização” das sociedades ocidentais, conseqüente à transformação dessas em sociedades de risco (Beck, 2000)?<sup>13</sup>

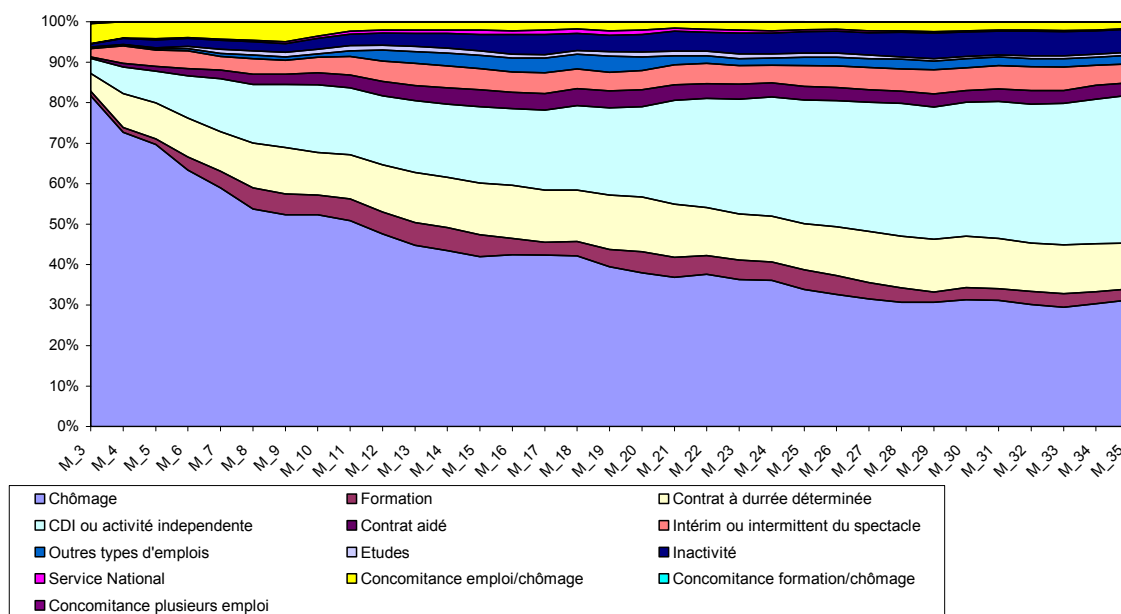
---

<sup>13</sup> Em outro momento argumentamos mais longamente e em maior detalhe no uso da informação empírica de corte comparativo para confrontar tal tipo de hipótese, dados seus resultados analiticamente equivocados, em que pese sua boa-intenção política (ver especialmente Guimarães, 2004).

No caso de Paris-Île de France, é certo que o desemprego se torna um fenômeno que, desde os 80, atinge duramente seu mercado de trabalho.<sup>14</sup> Entretanto, à diferença de São Paulo, a análise dos percursos destaca situações típicas de um mercado capitalista organizado, onde domina a norma salarial. Se considerarmos os dois estratos formados pelos que haviam estado em desemprego aberto e os que haviam estado ocupados sob a relação salarial típica (o contrato de duração indeterminada, o CDI), podemos reunir, a cada momento, a parcela mais importante dos casos. É o que fica evidente na Figura 2, onde o estoque dos entrevistados é acompanhado, em sua situação ocupacional, a cada mês considerado na pesquisa. O leitor bem se recorda de que, em São Paulo, uma conjunção equivalente deixava de fora nada menos que  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados.

**Figura 2**

**Paris - Île de France: Situação ocupacional dos entrevistados (1995-1998)**



Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, DARES, Pannel TDE « Trajectoires des demandeurs d'emploi ». Processamentos próprios.

Ainda mais clara se torna a diferença quando nos perguntamos pelas trajetórias agregadas que resumem as transições ocupacionais que ocorrem nos percursos dos parisienses (Quadro 4). O desemprego de longa duração é a trajetória agregada mais importante entre os pesquisados. Os atuais desempregados que vieram de um percurso prévio por ocupações são predominantemente empregados regulares, diretamente contratados (seja por tempo indeterminado, seja por tempo

<sup>14</sup> Ver Demazière (1995, 1995-a e 1997), Demazière e Dubar (1987), Freyssinet (1984 e 1997), Friot e Rose (1996), Gautié (2003), Maruani (2002), Maruani e Reynaud (1993), Supiot (1999), dentre outros.

determinado, seja transitando entre uma e outra forma de contrato). Nada menos que metade da amostra pode ter seu padrão de trajetória descrito a partir das duas situações que formam um núcleo duro, por serem aquelas tidas como típicas nesse mercado capitalista de trabalho (o desemprego protegido e o assalariamento regular de longa duração). E se incluirmos o assalariamento por tempo determinado (novidade no quadro da norma salarial dos “30 gloriosos”) teremos nada menos que ¾ da amostra. E conquanto as transições sejam mais intensas ali onde as trajetórias agregadas remetem às modalidades ditas “a-típicas” de emprego (sub-contratados ou sob outros tipos de emprego), é sempre possível (à diferença de São Paulo) identificar um padrão de trajetória como dominante no percurso. Finalmente, a passagem à inatividade não abrange mais que 5% dos casos.<sup>15</sup>

#### Quadro 4

##### Trajetórias agregadas dos desempregados na Região Metropolitana de Paris-Île de France

Classes de Trajetórias	Frequência absoluta	Percentual simples	Percentual acumulado
1 – Desemprego	499	30,7	30,7
8 - Empregado regular sob contrato de duração indeterminada (CDI)	265	16,3	47,0
3 – Empregado regular transitando entre CDI e CDD (contratos de duração determinada)	248	15,3	62,3
6 – Empregado regular sob contrato CDD	178	11,0	73,3
5 – Sub-contratado	114	7,0	80,3
2 – Desempregado em programa de treinamento	100	6,2	86,5
7 – Beneficiário de contrato de proteção social	88	5,4	91,9
9 - Inativo	85	5,2	97,1
4 – Em outros tipos de emprego	47	2,9	100,0
<b>Total</b>	<b>1624</b>	<b>100</b>	

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, DARES, Painel TDE « Trajectoires des demandeurs d'emploi » . Processamentos próprios.

Que dizer do caso japonês ? À diferença do levantamento feito na região metropolitana de Paris, onde um painel prospectivo acompanhou uma dada coorte de desempregados inscritos na Agência Nacional para o Emprego (ANPE) e pôde recuperar de maneira exaustiva sua história ocupacional no período estudado, no caso da região de Tóquio trata-se de uma enquête por questionário, feita com uma única coleta, de tipo retrospectivo, que permite analisar uma amostra de

<sup>15</sup> Para maiores detalhes no estudo dos padrões de transição ocupacional no caso francês, ainda analisando esta mesma base de dados, ver, além dos trabalhos já citados de Guimarães (2004 e 2004-a), os textos de Pignony e Poujouly (1999), Pignony, Poujouly e Viney (1998), Canceill e Huyghues Despointes (1999 e 2003).

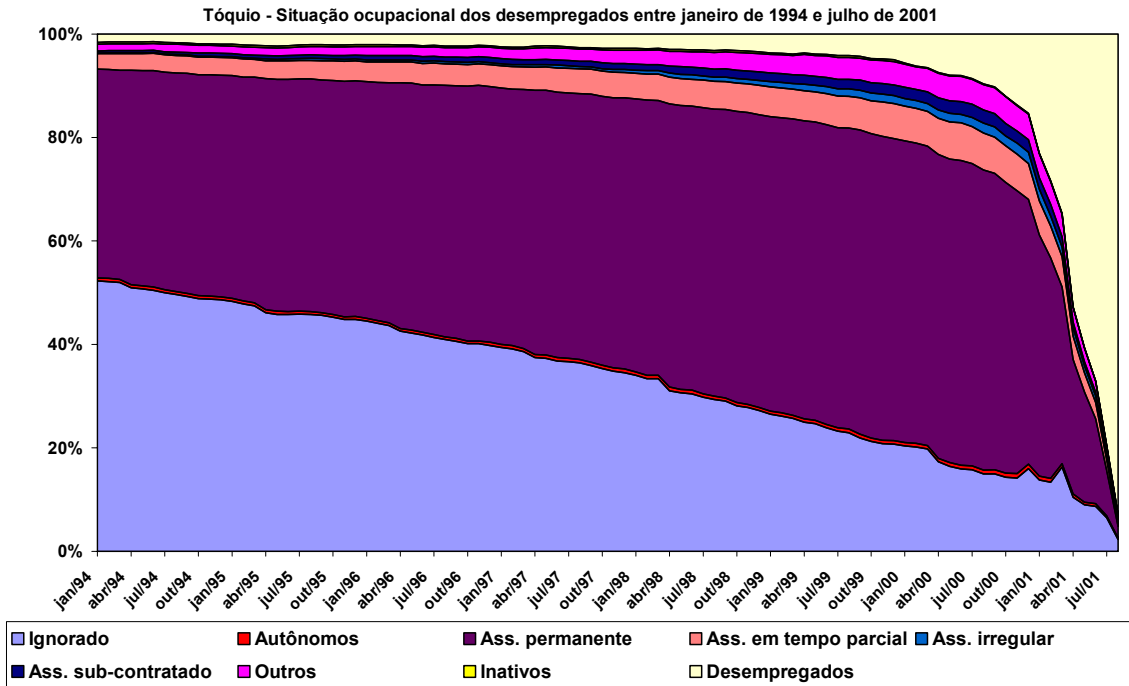
demandantes de emprego em agências do sistema público de emprego japonês.<sup>16</sup> Dadas as limitações da coleta, e dada ainda a importância (apesar da crise) do sistema de emprego dito “vitalício”, os pesquisadores decidiram indagar apenas por um evento ocupacional anterior, para aqueles que estivessem demandando trabalho na condição de desempregado; ou seja, apenas um evento ocupacional foi pesquisado, acreditando-se que ele bem descreveria uma história longa de passagens pelo mercado de trabalho que poderia remontar ao início dos anos 90. E, de fato, chama a atenção a importância do emprego assalariado regular, situação mais recorrente na história anterior dos atuais demandantes em agências na região metropolitana de Tóquio. É o que se vê na Figura 3, onde a situação ocupacional do estoque dos entrevistados é apresentada, mês a mês, entre janeiro de 1994 e julho de 2001.

Ali, enquanto o desemprego se constitui numa situação absolutamente minoritária, qualquer que seja o mês observado (à exceção, naturalmente, do momento da coleta), destaca-se a importância do emprego assalariado de tipo permanente, como o que agrupa a maior quantidade de casos. Vale dizer, apenas um emprego pode explicar parcela ponderável dos percursos ocupacionais dos atuais demandantes. O desemprego, por sua vez, além de durar relativamente pouco (face ao padrão francês do desemprego de longa duração, por exemplo), também não pode ser caracterizado por sua recorrência, como no caso brasileiro. Na região de Tóquio, se recorrência há, ela parece ser a recorrência do emprego, duradouro e protegido pelo assim-chamado sistema de emprego vitalício. Mas, a presença (também marcante) de uma parcela de indivíduos cujos percursos restam ignorados, parece sugerir que se aprofunde as formas de transição entre ocupações que parece estar contida nesse achado inesperado para os nossos colegas pesquisadores que adaptaram o estudo empírico ao caso japonês.

---

<sup>16</sup> Por certo essas diferenças não são casuais. No caso francês, era possível conceber um painel e um questionário de tipo calendário, dada importância mesma do sistema público de intermediação, requalificação e assistência montado ao redor da ANPE, seja por sua cobertura e eficácia em termos dos benefícios (que atraem mais que 80% dos desempregados para ali se registrarem), seja (e sobretudo, para os alvos da pesquisa) por suas formas de acompanhamento e avaliação dos “bons desempregados” (para referir aqueles que cumprem as “boas” regras da procura ativa de trabalho). Essas razões, sem dúvida, viabilizaram, na França, o desenho longitudinal de tipo exaustivo com uma mesma coorte de demandantes. Já no caso japonês, tanto a cobertura do sistema público é algo ainda em construção, quanto (e por isso mesmo) o retorno do demandante é menos regular, como (e isto é especialmente importante) mostrou-se impossível, pela resistência do entrevistado (culturalmente explicada) agendar contato pessoal de seqüência, que facultasse a montagem de um painel prospectivo, seja na sua residência ou por telefone.

Figura 3



Fonte: Projeto “Chômage: approches institutionnel et biographique. Une comparaison Brésil, France, Japon ». Levantamento empírico em agosto de 2001 em agências do sistema PESO, região metropolitana de Tóquio. Processamentos próprios.

Quando se analisam padrões de trajetórias agregadas, no caso de Tóquio, chama ainda mais a atenção como a parcela mais importante dela se organiza ao redor de situações típicas do sistema de emprego vitalício: nada menos que 50% dos indivíduos haviam feito, antes do desemprego, uma trajetória de vínculo permanente a um emprego regular. Cerca de um terço (mais exatamente 38%) fazem um percurso que, pela falta de informação na coleta, não pode ser descrito (a indicar, como dito antes, que se trata de uma situação de recorrência entre empregos, antes extraordinária mas agora crescente, com a dissolução de alguns dos pilares do sistema de emprego japonês). Afora esses, todos os outros tipos de trajetória são extremamente minoritários pelo número de casos que os perfaz (2.6% vinham de um desemprego duradouro; 4.7% , majoritariamente mulheres, provinham do trabalho em tempo parcial; 3.6% de outras situações).

Vista nessa perspectiva comparada, a realidade das três metrópoles parece sugerir que, conquanto se intensifique a instabilidade nos percursos ocupacionais, nem de longe seria possível referir um movimento de “brasilianização” dos mercados antes protegidos. No caso francês, onde um pujante sistema público se erige, a figura que a ele se ajusta é a do desemprego de longa duração; e se transições há, elas se fazem entre os que se movem nas formas ditas a-típicas de



trabalho, mas nem de longe põem em risco a caracterização de padrões de trajetórias. No caso japonês, as transições também se dão ao interior do mercado de trabalho; e, num contexto de desemprego relativamente reduzido (embora num ritmo crescente), é provável que a transição se faça preponderantemente entre situações ocupacionais, típicas e a-típicas, as quais merecem maior estudo. Já no caso brasileiro, os paulistas nem têm estrutura institucional que lhes faculte manter-se longa e duradouramente no desemprego, nem têm uma norma salarial que haja generalizado o vínculo formal e duradouro como experiência passada; é a enorme recorrência de transições, antes ao interior do mercado de trabalho (entre ocupação e desemprego), mas atualmente num padrão que desafia as fronteiras desse mesmo mercado, banalizando o movimento de saída e entrada à atividade econômica, ao tempo em que se intensificam as transições entre situações dentro do mercado de trabalho. Face à recorrência (japonesa) dos empregos, quiçá se possa afirmar a recorrência (brasileira) do desemprego, irreduzível, seja em sua forma, seja em suas implicações, ao desemprego de longa-duração que tanto desafia a arquitetura dos regimes de proteção de um estado de bem-estar como foi o francês.

Ora, a pergunta que imediatamente se coloca, quando fixamos essa especificidade do caso da metrópole paulista é: conquanto o desemprego recorrente pareça ser o elemento que contextualiza, dando sentido às formas de transitar no mercado de trabalho desta metrópole, será certo acreditar que, nela, todos estão igualmente sujeitos ao risco da recorrência?

*As especificidades sociais dos percursos ocupacionais em São Paulo. Onde mulheres e negros saem perdendo*

Na descrição inicial que fizemos dos clusters de indivíduos que perfaziam os diferentes tipos de trajeto já se podia entrever especificidades - de gênero, raciais, etárias, de perfil escolar, dentre outras. Por isso mesmo, e buscando responder à indagação acima formulada, nessa segunda parte do trabalho examinaremos o peso de determinantes que resultam de características adscritas, como sexo e cor, e de características aquisitivas, como escolaridade, sobre a chance de perfazer-se um ou outro tipo de percurso. Para tal, a análise estará focalizada de modo mais circunscrito, seja no que tange ao período (1997-2001), seja no que tange aos segmentos do mercado de trabalho (trataremos apenas dos que estão dispostos no mercado, seja como ocupados, seja como desempregados). Com isto, pretendemos finalizar o texto argüindo que os padrões de transição variam não apenas por determinantes que advêm das lógicas institucionalizadas nos sistemas de emprego e proteção, mas refletem igualmente outras lógicas sociais, que conferem valor aos

indivíduos (e, ao fazê-lo desigualam-nos) segundo atributos cuja importância simbólica é significativa a ponto de alterar as chances desses trabalhadores e trabalhadoras na procura de trabalho ou na persistência no emprego. Trajetórias respondem, assim, tanto a especificidades institucionais como a especificidades sociais. Para lidar com as primeiras, recorreremos a comparações inter-metropolitanas. Para lidar com as segundas, trataremos de empreender, a partir daqui, algumas comparações intra-metropolitanas.

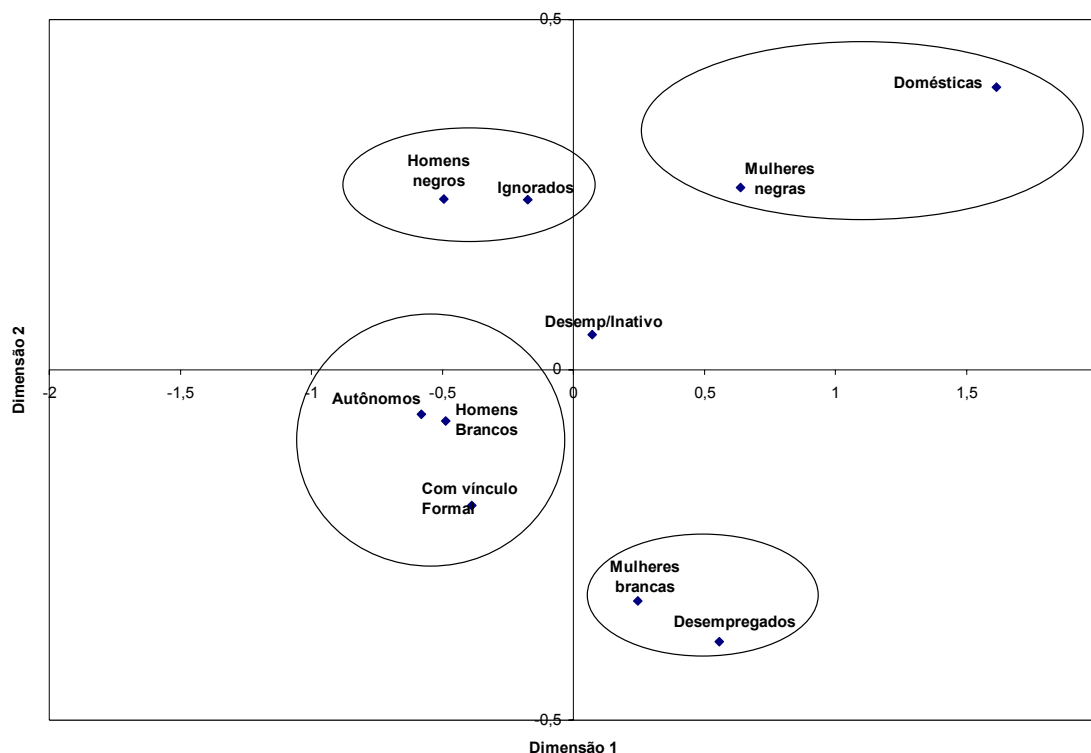
Buscaremos mostrar a existência de uma relação entre a cor e o sexo dos trabalhadores, por um lado, e a trajetórias por eles percorridas, por outro, utilizando o recurso estatístico da análise de correspondência. Essa técnica robusta nos diz, primeiro, se há associação entre as variáveis em questão e, segundo, decompõe essa relação em dimensões que podem ser analisadas graficamente.

O resultado para a existência de associação entre cor, sexo, nível de escolaridade e as trajetórias mostrou-se, como veremos a seguir, fortemente positivo. Ele será apresentado em três partes. Inicialmente, analisaremos as trajetórias dos desempregados, em sua associação com a condição de sexo e de cor; em seguida, faremos o mesmo para as trajetórias dos ocupados. Posteriormente, buscaremos verificar se os achados se alteram substancialmente quando introduzimos uma variável de tipo aquisitivo, como é a escolaridade, e replicaremos a análise para os grupos dos desempregados e dos ocupados.

#### Os Desempregados

As trajetórias ocupacionais percorridas por aqueles que, no momento da pesquisa, estavam desempregados não dependem única e exclusivamente dos esforços por eles empreendidos ao longo da vida pessoal e profissional na aquisição de competências, habilidades e atributos valorizados pelo mercado de trabalho, tais como os investimentos em educação. Os percursos individuais são também determinados, em grande medida, por características que os indivíduos carregam desde o berço, aspectos que estão inscritos em seus corpos e que, portanto, não podem ser negociados ou adquiridos. Referimo-nos mais especificamente à cor e ao sexo. Como veremos, o mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo tem a sua estruturação pautada pelo peso de tais características adscritas.

**Figura 4 – Análise de Correspondência entre Cor e Sexo por Classe de Trajetória dos Desempregados da Região Metropolitana de São Paulo (1997-2001)**



A Figura acima distribui num espaço bidimensional os grupos de sexo e cor em sua associação aos diferentes padrões de trajetórias. Nele, as duas dimensões distinguem nitidamente sexo e cor; ou seja, há um padrão que aparta homens de mulheres, e há um padrão que aparta negros de brancos. A dimensão 1, no eixo “x”, dispõe claramente os homens na sua metade positiva e as mulheres na metade negativa do seu eixo. Já a dimensão 2, no eixo “y”, distingue negros de brancos: os negros estão na metade positiva, superior, e os brancos na metade negativa, abaixo. Assim, nos quatro quadrantes definem-se os espaços de cada um dos diferentes grupos de sexo e cor. Começando pelo superior direito, temos as mulheres negras; no sentido horário, logo abaixo, as mulheres brancas, seguidas pelos homens brancos e terminando com os homens negros. Ou seja, num espaço social que se crê multi-étnico, parece clara a existência de formas de segregação ocupacional que diferenciam negros, por um lado, e brancos, por outro, segregação essa que se articula à que aparta mulheres e homens.

Quando observamos o lugar ocupado pelas trajetórias dentro deste espaço bi-dimensional vemos que mulheres e homens realizam, nitidamente, trajetórias de tipos distintos. Podemos afirmar que as mulheres percorrem caminhos mais fortemente associados à precariedade, uma vez que as trajetórias tipicamente femininas são aquelas menos valorizadas pelo mercado de trabalho e/ou mais indesejáveis do ponto de vista social: as de domésticas e desempregadas. Os homens, por sua vez, percorrem trajetórias que podem ser consideradas como mais virtuosas. Ainda que sob o rótulo de ‘autônomos’ estejam classificados indivíduos de características sócio-ocupacionais muito heterogêneas (indo desde o camelô até o profissional liberal de nível superior), ou que alguns dos ocupados com vínculo empregatício recebam vencimentos tão ou mais irrisórios do que os auferidos pelas empregadas domésticas, não nos parece equivocado tomá-los como percursos mais valorizados, não apenas por supostas vantagens que a eles se associam, mas especialmente pelo prestígio social que se lhes outorga nesse meio. Além disso, parece-nos correto supor que tais situações ocupacionais são, em quaisquer circunstâncias, preferíveis à de desempregado.

No grupo feminino, há uma clara divisão: as mulheres negras percorrem majoritariamente os trajetos associados às empregadas domésticas, enquanto que as brancas tendem a passar a maior parte do período (abril de 1997 a abril de 2001) como desempregadas. Considerando a diferença entre as condições de vida de mulheres brancas e negras, podemos afirmar que essas últimas são levadas a aceitar ocupações mais precárias tanto do ponto de vista da estabilidade quanto no da remuneração; já as mulheres brancas, amparadas por estruturas familiares ou redes sociais capazes de multiplicar provedores, podem passar períodos maiores no desemprego a espera de alternativas ocupacionais mais vantajosas, tanto do ponto de vista de remuneração quanto do prestígio social auferido.

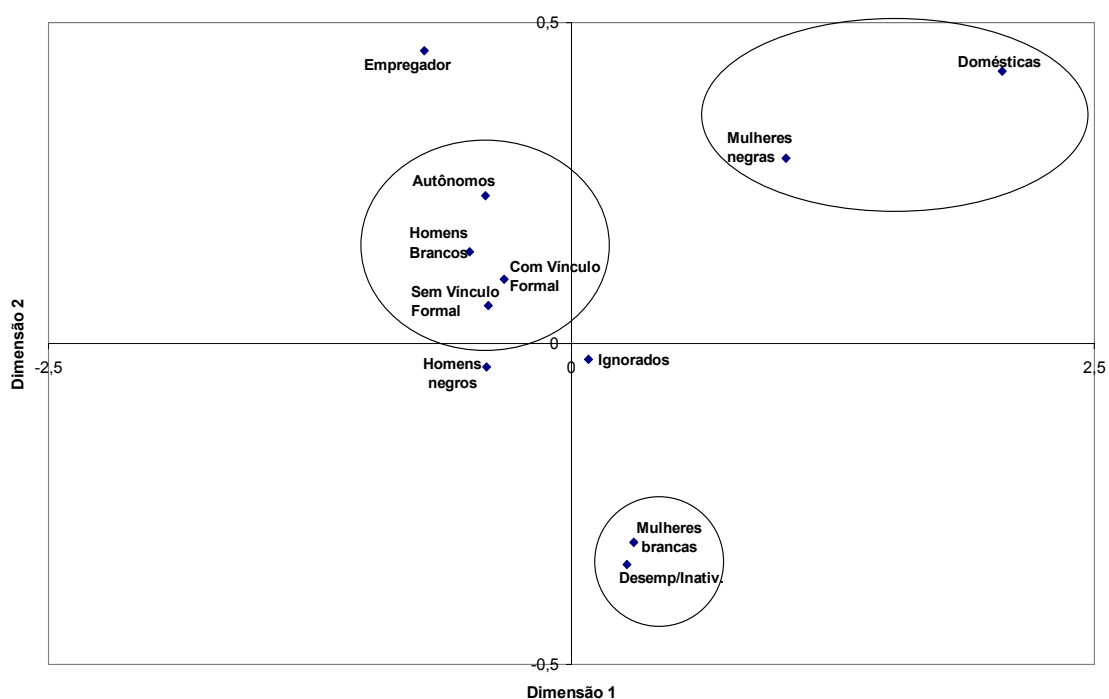
No caso dos homens, a diferença de cor é ainda mais importante, pois se as trajetórias masculinas são melhores do que as femininas, do ponto de vista do reconhecimento social, isso é válido sobretudo para os homens brancos. Os negros estão fortemente associados à classe que denominamos sinteticamente de “ignorados”, ou seja, aquela que, como vimos anteriormente, revelava uma das prováveis fronteiras da vulnerabilidade. Nesse sentido, os homens negros se encontram predominantemente em situação de precariedade, se bem que de tipo diferente daquela que havíamos reconhecido antes entre as mulheres. Sob o rótulo ‘ignorado’, se oculta tamanha rotatividade entre situações ocupacionais que não conseguimos sequer classificar, durante a maior parte do período considerado, um padrão de trajetória que abarque os indivíduos ali agrupados. Em outras palavras, os homens negros transitam, em um ritmo vertiginoso, entre as diferentes situações ocupacionais (ocupados, desempregados e até mesmo inativos). A troca constante de posições,

dadas as características do mercado de trabalho brasileiro, é um sinal de precariedade, já que dificilmente se consegue retornar ao mesmo posto anterior anteriormente ocupado (ou algum outro hierarquicamente melhor localizado), recebendo o mesmo salário (ou outro maior).

### Os Ocupados

E o que dizer da relação entre cor e sexo, por um lado, e as trajetórias dos indivíduos, por outro, quando observamos o grupo formado por aqueles que estavam ocupados no momento da entrevista? Observa-se um espaço tão claramente definido como antes. Vamos por partes. No eixo “x”, a dimensão 1 nos mostra uma clara distinção entre homens e mulheres. Já a dimensão 2 marca uma separação entre aqueles com trabalho, dispostos nos quadrantes superiores, e aqueles sem trabalho, dispostos nos quadrantes inferiores.

**Figura 5 – Análise de Correspondência entre Cor e Sexo por Classe de Trajetória dos Ocupados da Região Metropolitana de São Paulo (1997-2001)**

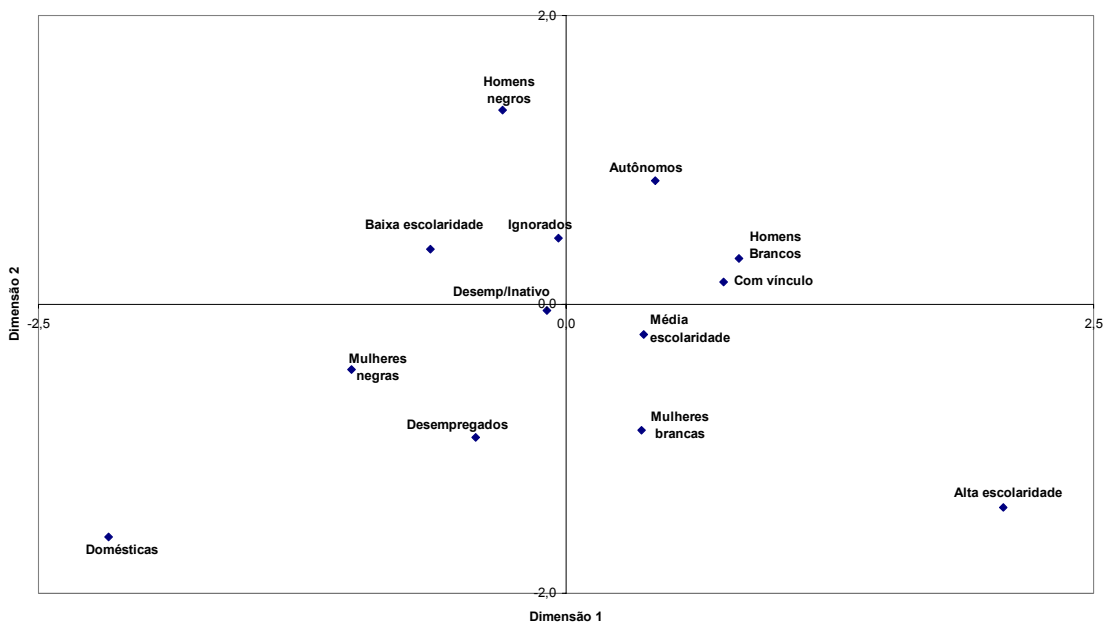


Os homens brancos estão localizados no quadrante superior esquerdo, muito próximos das trajetórias virtuosas de colocação, com e sem vínculo, e dos trabalhadores autônomos. Já os homens negros estão no quadrante inferior esquerdo, com relação à dimensão 2, que diz do tipo de percurso; eles estão novamente muito próximos dos ignorados, associados àqueles com trajetórias de intensa mobilidade. Como já destacado com respeito aos desempregados, as mulheres expressam dois

padrões: o das brancas, que podem manter-se por longos períodos no desemprego, que se entremeia com inatividade; e o das negras, que são levadas rapidamente ao trabalho doméstico.

Mesmo no caso um pouco mais nebuloso dos atuais ocupados, onde a dimensão racial não se exprime com tanta clareza como no anterior, sobressai-se a forte relação entre as classes de trajetórias percorridas pelos trabalhadores e as suas características de sexo e cor. Mas é preciso verificar se não estamos analisando uma relação espúria. Isto porque, sabemos das diferenças de escolaridade que apartam negros de brancos e homens de mulheres. Logo, se não fizermos esse controle podemos estar sugerindo a existência de seletividade de gênero e raça, quando na verdade podemos ter um mero efeito do diferencial educacional entre grupos de sexo e cor.

**Figura 6 – Análise de Correspondência Múltipla Cor e Sexo, por Classe de Trajetória e nível de escolaridade para os Desempregados de São Paulo (1997-2001)**



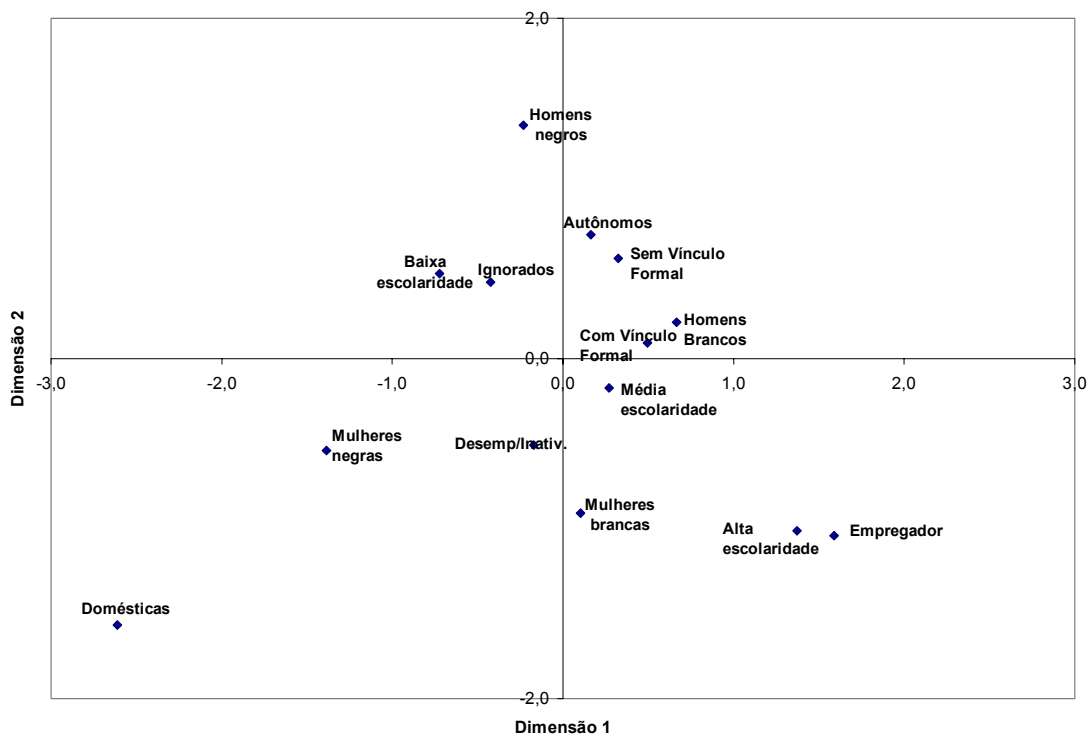
A Figura acima mostra a relação entre cor e sexo, as classes de trajetória e o nível de escolaridade dos indivíduos que estavam desempregados no momento da entrevista.

Vemos, uma vez mais, a clara divisão entre brancos e negros dada pela dimensão 1 (eixo “x”) e de homens e mulheres na dimensão 2 (eixo “y”). A escolaridade segue uma diagonal do primeiro quadrante acima à esquerda até o terceiro quadrante (no sentido horário) abaixo à direita. Podemos notar uma associação entre as mulheres brancas e a alta e média escolaridade; tanto

quanto entre os homens negros e a baixa escolaridade; mulheres negras e homens brancos não estão muito claramente localizados em termos de escolaridade.

Quando às classes, vemos que os homens brancos estão mais uma vez associados às ocupações com vínculo formal (empregados com carteira assinada e funcionários públicos), enquanto que os homens negros estão de novo no mesmo quadrante dos trabalhadores que percorreram uma trajetória pautada pelo desemprego e/ou inatividade e pela intensa rotação entre as três formas de inserção. Como nos outros casos, as mulheres negras estão fortemente associadas com a trajetória no emprego doméstico. Controlando pela escolaridade, as mulheres brancas já não se associam tão claramente a trajetórias; mas, considerando a dimensão 2, elas estão próximas da trajetória de longo desemprego (entretanto, a dimensão 1 as coloca mais distantes desse grupo).

**Figura 7 – Análise de Correspondência Múltipla Cor e Sexo, por Classe de Trajetória e Nível de Escolaridade para Ocupados de São Paulo (1997-2001)**



No caso dos ocupados, as relações entre as três variáveis persistem similares ao observado no caso dos desempregados. Destaca-se a presença de uma classe de trajeto como empregador muito próxima à alta escolaridade; já os homens negros parecem estar associados à baixa

escolaridade e, novamente, à trajetória de intensa rotação ocupando todos um mesmo quadrante. Os melhores postos assalariados estão junto aos homens brancos. As mulheres negras no mesmo quadrante do emprego doméstico, mas, diferentemente do analisado até aqui, próximas também do desemprego.

Como concluir? O recurso à análise de correspondência para medir e exprimir a associação entre cor, sexo, escolaridade e tipo de trajetória nos deixa diante de um inquietante achado e de novas indagações. O achado: se é certo que há um intenso trânsito (dentro e para fora do mercado de trabalho) que parece conferir especificidade ao tipo de recorrência que marca o desemprego entre os que vivem na metrópole paulista, os trajetos nesse mercado de trabalho mostram-se fortemente associados a sinais de desigualdade que nos põem na ante-sala da discriminação. Isto porque, associam-se de forma reiterada os piores tipos de percurso e as chances de que os mesmos venham a ser feitos por homens negros, ou por mulheres, especialmente negras. Intensas transições e percursos indefiníveis tipificam os homens negros, mesmo quando se lhes controla a escolaridade. O mesmo parece valer para o trabalho doméstico; se considerarmos que parcela majoritária dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas não têm respeitado o seu direito à formalização da relação de trabalho, por meio da assinatura da carteira, podemos entrever a precariedade que persegue parcela dominante das trabalhadoras negras.

Observe-se que estamos tratando aqui de padrões de trajetória, e não de situação num ponto qualquer de tempo. Isto significa que homens e mulheres negros deslocam-se no mercado de trabalho por espaços precários e/ou estigmatizados socialmente. Circulam e alimentam um mundo de atividades ocupacionais que os insula e denigre. Uma nova indagação por certo se abre nesse ponto. Haveria diferença significativa se controlássemos a condição migratória desses indivíduos, notadamente se introduzíssemos o efeito da condição de nordestino? Será mesmo a cor (um preconceito de marca), ou será a procedência regional (um preconceito de origem) a característica que melhor explica as associações encontradas?

Já as mulheres brancas, apesar da sua maior escolaridade, parecem ter no desemprego o percurso que se lhes associa com mais força; se não o desemprego duradouro, a passagem para fora do mercado de trabalho, circulando entre desemprego e inatividade. Novamente, destacamos a importância desse resultado, uma vez que estamos caracterizando padrões de circulação no mercado de trabalho, espaços por onde se deslocam e onde competem esses trabalhadores.

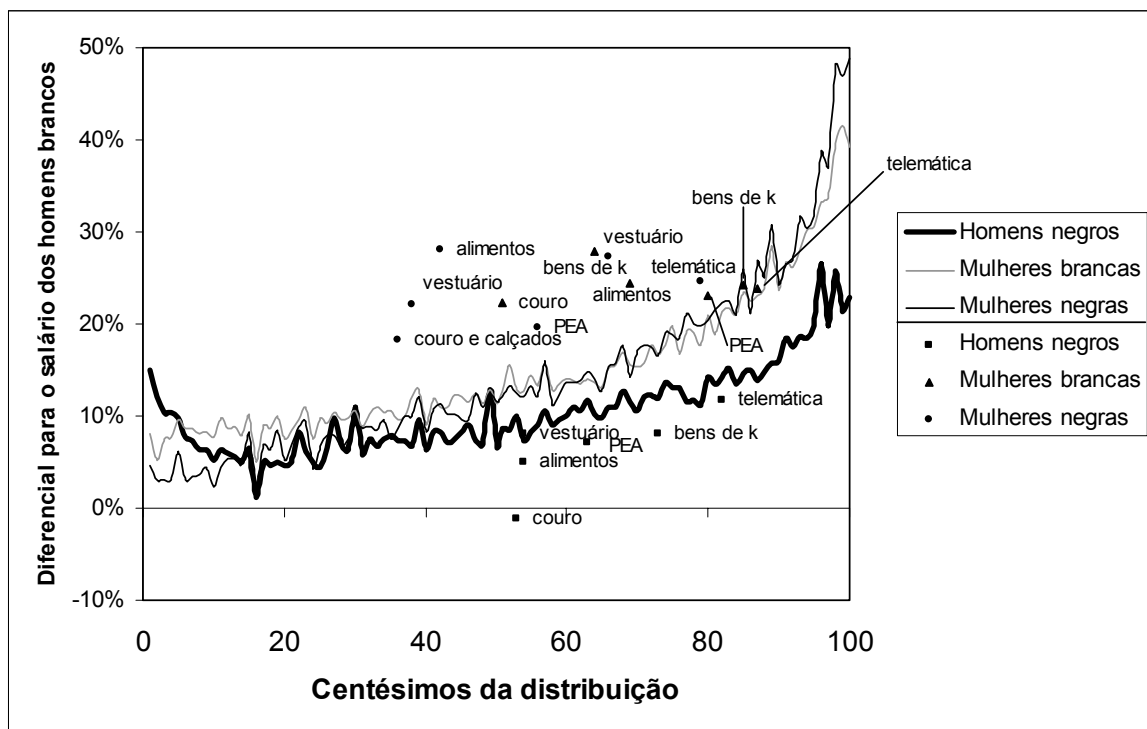
Finalmente, os achados se tornam ainda mais inquietantes quando vemos que, grosso modo, os padrões de associação se mantêm mesmo quando introduzimos a diferenciação de escolaridade, que é um divisor de águas importante em termos de perfil de brancos e mulheres. Estará isto a dizer



que o preconceito delimita espaços de circulação, insulando grupos no mercado de trabalho? Que a obtenção de credenciais escolares não é um antídoto significativo para o preconceito e a discriminação de sexo e cor?

Talvez sim, e remetemos a achados igualmente eloqüentes, e intrigantes porque referidos ao conjunto do país, relativos a diferenciais de rendimentos entre homens brancos, por um lado, e homens negros, mulheres negras e mulheres brancas, por outro. Decompondo-se os determinantes dessa variação (por escolaridade, tempo de trabalho, ocupação, setor, naturalidade, idade, sexo, cor) vimos, em outro trabalho (Biderman e Guimarães, 2002) que, quando observávamos o peso desses determinantes ao longo da distribuição de renda, o efeito da segregação (por sexo e cor) era tanto maior quanto mais nos elevávamos nos centis da distribuição de renda. Vale dizer, quando homens negros, mulheres negras e mulheres brancas chegavam a posições sociais elevadas, indicando que haviam contornado todos os outros fatores explicativos da diferenciação, parecia recrudescer o papel que a discriminação e o preconceito (racista ou sexista) desempenhavam na produção da distancia salarial que os mesmos guardavam face aos homens brancos.

**Figura 8: Brasil - Discriminação por gênero e cor por centil de renda e setor (1999)**



*In: Biderman e Guimarães (2002). Dados estimados a partir do salário horário padronizado para um turno de 160 horas por mês. Fonte: Tabulação própria a partir dos micro-dados da PNAD de 1999, Ibge.*

A metrópole paulista é, mais uma vez, um cadinho que flagra a diversidade do país em que se insere, diversidade esta que desafia a cognição dos atores sociais e a criatividade das políticas públicas.

### Referências bibliográficas

Beck, Ulrich. (2000). *The Brave New World of Work*. Cambridge, Polity Press.

Biderman, Ciro; Guimarães, Nadya Araujo (2002). “Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999)”, versão revista da Comunicação apresentada à sessão sobre “Flexibilidade, Segmentação e Equidade”, da II Conferência Internacional Cebrap-Ilas, promoção do Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do ILAS – Institute for Latin American Studies da Columbia University, São Paulo, 18-20.03.2002

Canceill, Geneviève; Huyghues Despointes, Hervé (1999). “L’Inscription à l’ANPE et Après : Itinéraires de Chômeurs. In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 37.1, Setembro de 1999

Canceill, Geneviève; Huyghues Despointes, Hervé (2003). “Passage par le Chômage et Dynamique des Revenues ». In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 04.3, Janeiro de 2002

Cardoso, Adalberto (2000). *Trabalhar, Verbo Transitivo*. Rio, Editora da FGV.

Castel, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale – une chronique du salariat*. Paris, Fayard.

Choffel, Philippe ; Delattre, Éric. (2003). “Habiter un Quartier Défavorisé: Quels Effets sur la Durée de Chômage ? » In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 43.1, Outubro de 2003.

Comin, Alvaro (2003). *Mudanças na estrutura socio-ocupacional do mercado de trabalho em Sao Paulo*. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo.

Dedecca, Claudio S. (1999). *Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado*. Campinas, Unicamp-IE, Coleção Teses.

Demazière, Didier. (1995) *La sociologie du chômage*. Paris : La Découverte.

Demazière, Didier. (1995-a), « La construction sociale du chômage de longue durée ». In : *Le chômage de longue durée*, Paris, PUF, cap. 1, pp. 5-31.

Demazière, Didier, Dubar, Claude (1997) *Analyser les entretiens biographiques: l'exemple des récits d'insertion*. Paris, Nathan.

Demazière, Didier, Araujo Guimarães, Nadya, Hirata, Helena Sumiko, Pignoni, Maria-Teresa, Sugita, Kurumi (2000) “Chômage: Approches institutionnelle et biographique. Une comparaison Brésil, France, Japon ». Paris, Mars.

Gallie, Duncan, Paugam, Serge. (2000) *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford, Oxford University Press.

Freyssinet, Jacques (1984) *Le chômage*, Paris : La Découverte.

Freyssinet, Jacques (1997). « Le rôle du chômage de masse dans la flexibilisation de l'emploi ». In : Béatrice Appay e Annie Thébaud-Mony (eds.). *Précarisation sociale, travail et santé*, Paris, IRESCO, pp. 229-239.

Friot, Bernard e Rose, José (1996). *La Construction Sociale de l'Emploi en France – Les années soixante à aujourd'hui*. Paris, L'Harmattan e Forum, cap. 1 (« L 'emploi en débat" ), pp. 9-46.

Gautié, Jérôme (2003). « Transitions et trajectoires sur le marché du travail », *Quatre-Pages*, n. 59, sept., Paris, Centre d'Études sur L'Emploi.

Guimarães, Nadya Araujo (2003) “Transições ocupacionais. Uma análise da Região Metropolitana de São Paulo (1994-2001). Comunicação ao Seminário CEM-SEI “Mobilidade ocupacional da força de trabalho”, Salvador, 29-30 de abril, 29 pp.

Guimarães, Nadya Araujo (2004). “Transições ocupacionais e formas do desemprego em São Paulo e Paris”, Comunicação à Mesa Redonda “Dinâmica do mercado de trabalho e emprego”, ocorrida no “Seminário sobre Estrutura social e segregação espacial – São Paulo, Rio de Janeiro e Paris”, promoção do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), Cebrap, São Paulo, 29 de junho de 2004, 28 pp.

Guimarães, Nadya Araujo (2004-a) “Welfare regimes and occupational trajectories. Unemployment in São Paulo, Paris and Tokyo”. Comunicação apresentada ao 16th Annual Meeting, SASE – Society for the Advancement on Socio-Economics, Washington, Research Network on “Labor Markets, Education and Human Resources”, 8-11 de julho de 2004, 30 pp. In: [www.sase.org](http://www.sase.org)

Guimarães, Nadya Araujo; Hirata, Helena; Montagner, Paula; Sugita, Kurumi (2003) “Desemprego: atores, instituições e políticas numa perspectiva comparada”. Comunicação ao XI Congresso da FIEALC, Osaka, 24-27 de setembro, 33 pp.

Guimarães, Nadya Araujo et al (2003). *Desemprego. Abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00, São Paulo. Versão digital em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>

Lautier Bruno (1987). “ Fixation restreinte dans le salariat, secteur informel et politique d’emploi en Amérique Latine ”, *Revue Tiers Monde*, n. 110.

Maruani, Margaret ; Reynaud, Emmanuèle. (1993) *Sociologie de l’emploi*. Paris, Éditions La Découverte (Collection Repères, n. 132). Cap. II (« Le Chômage ») pp. 26-45.

Maruani, Margaret (2002). *Les Mécomptes du Chômage*. Paris, Bayard.

Pignony, Maria-Teresa ; Poujouly, Christel (1999). « Trajectoires professionnelles et récurrence du chômage » in DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 14.3, Abril de 1999.

Pignony, Maria-Teresa ; Poujouly, Christel ; Viney, Xavier (1998). « Sortir du Chômage : des Chances Inégales selon le Contexte Local ». In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 26.1, Junho de 1998.

Supiot, Alain (ed.) (1999). *Au-delà de l’Emploi*. Paris, Flammarion.